

Fé, Paz  
e Clima



# Audiência Pública nº 09/2025

---

Programa Fé, Paz e Clima

Renata Prata

Coordenadora de Advocacy e Projetos  
Instituto Internacional ARAYARA

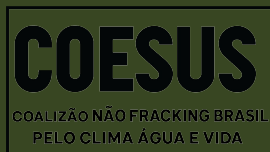


# Programa Fé, Paz e Clima

**Fé, Paz  
e Clima**



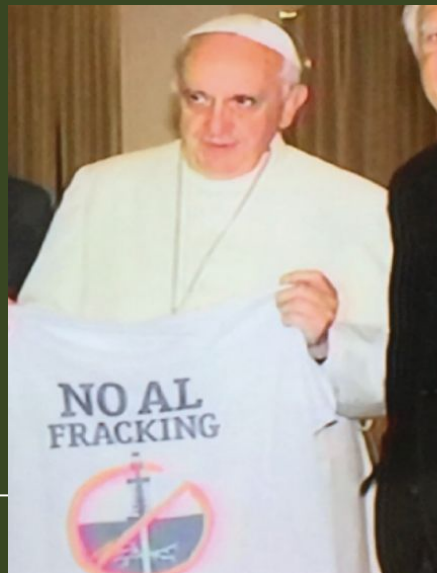
Nasceu da união entre diversas organizações da sociedade civil que pregam valores de respeito à vida e que a humanidade se entenda como parte integrante da natureza. É inspirado na Encíclica Laudato Si sobre o Cuidado da Casa Comum, atendendo ao apelo do Papa Francisco.



Fé, Paz  
e Clima



FÉ



“Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem abertura para a admiração e o encanto, (...), então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos.” LS nº11.

Fé, Paz  
e Clima



PAZ



“O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral.” LS nº13.

# CLIMA



"A exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras."

LS nº20

# FONTE

---

## Fórum Nacional de Transição Energética

O Programa Fé, Paz e Clima integra o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte), atuando como instrumento permanente e consultivo que visa estimular, ampliar e democratizar o debate sobre a transição energética no Brasil.

Seu objetivo é apoiar a formulação, implementação e monitoramento da Política Nacional de Transição Energética (PNTE), promovendo a participação de diferentes setores da sociedade no processo decisório





# Diversidade, culturas, povos e comunidades tradicionais



Fé, Paz  
e Clima

# O Direito à Consulta

Prévia, Livre e Informada



*... "a consulta sempre será livre, prévia, informada e de boa fé, respeitando os protocolos de consulta existentes ou o tempo das comunidades."*



# O Direito à Consulta

Prévia, Livre e Informada

ACESSE

Determinação do Judiciário sobre a obrigação da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) realizar a CLPI.

3. A oferta permanente de concessão de blocos exploratórios de petróleo e gás deve ser precedida de consulta às comunidades tradicionais, que tem como finalidade assegurar a participação plena e efetiva destes grupos minoritários na tomada de decisões que possam afetar sua cultura e seu modo de viver.

4. O direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado (CCPLI) recebeu proteção jurídica nacional com a ratificação da Convenção nº. 169/OIT, no dia 20 de junho de 20022, que entrou em vigor em 25 de julho de 2003.

5. A utilização da terra pelos povos originários não pode ser analisada apenas sob a ótica do direito privado, pois se trata de uma relação cultural e de subsistência, que não está ligada à lógica econômica e de propriedade privada.



Fé, Paz  
e Clima



# Pescadores Artesanais

- Pescadores artesanais, caiçaras e ilhéus são reconhecidos oficialmente como povos e comunidades tradicionais (PCTs) pelo Decreto 6.040/2007.
- A maioria dos blocos sob consulta está em áreas offshore, impactando diretamente esses segmentos.
- Portanto, mesmo com o PL 131/2020 em tramitação, a consulta pública deve obrigatoriamente contemplar esses grupos.





[marsempetroleo.arayara.org/pesca](http://marsempetroleo.arayara.org/pesca)



[leilaofossil.org/](http://leilaofossil.org/)



[marsempetroleo.arayara.org/sismica](http://marsempetroleo.arayara.org/sismica)

Fé, Paz  
e Clima



# Conclusões e Pedidos

---

- Consulta Livre, Prévia e Informada a **TODOS os 28 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais**, conforme orientações da **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)** e das **Nações Unidas**.
- **Devem ser respeitados os protocolos de consulta existentes para as comunidades com territórios sobrepostos**, garantindo o tempo necessário para que elas desenvolvam seus próprios protocolos internos.
- **As consultas deverão ser livres, e, acompanhadas do Ministério Público Federal como ator observador** e garantidor dos direitos dos Povos e Comunidades.



# Conclusões e Pedidos

---

- Que a **consulta seja vinculante a decisão dos Povos e Comunidades, reconhecendo seus territórios como mais do que espaços geográficos**, mas conjuntos de bioma, paisagem, significados, memórias e saberes constitucionalmente protegidos e essenciais aos modos de fazer, criar e viver das comunidades.
- Não inclusão no edital de Oferta Permanente de Concessão (OPC) dos **blocos exploratórios que foram identificadas sobreposições a todos os segmentos de povos e comunidades tradicionais (PCT)**.

---

# OBRIGADA

Renata Prata

Fé, Paz  
e Clima

